

O perigo da fragmentação e o desafio do trabalho coletivo: uma entrevista com Magali Gouveia Engel.

Entrevista realizada por Ana Rita Fonteles Duarte¹

Sobre Magali Gouveia Engel



Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1979), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1985) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Foi professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de 1979 a 2006. Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro aposentada (2004-2017). Professora visitante do PPGH-UFBA. É autora de *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, publicado pela editora Brasiliense, e *Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios*, lançado em 2001 pela Editora Fiocruz. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, História Intelectual, História e Literatura, História da Imprensa, História das Mulheres e das Relações de Gênero, História Social da Cultura, Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, biografias, trajetórias e sociabilidades; intelectuais, imprensa e literatura; intelectuais identidade nacional, educação e saúde; cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2².

¹ Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História -Profhistoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294847348263407>. Email: anaritifonteles@uol.com.br.

² Informações coletadas no currículo lattes da historiadora: <http://lattes.cnpq.br/7177661266996096>.



1 Ana Rita Fonteles: Eu vou começar lhe perguntando sobre como você chegou aos estudos, em História das Mulheres e depois aos de gênero. Como se deu essa trajetória?

Magali Engel: O início dos meus estudos sobre mulheres foi no mestrado em que, primeiramente, eu não tinha pensado em trabalhar. Eu queria estudar Canudos. Tive um professor maravilhoso no curso de mestrado da UFF, o Calazans³, que é um profundo conhecedor do tema. Eu fiquei muito encantada. Só que como não tinha bolsa, já era professora, tinha que dar aula para várias turmas, às vezes em mais de um curso diferente, a minha condição me desestimulou a continuar porque a pesquisa teria que ser feita na Bahia e não tinha como eu me afastar, ficar licenciada e muito menos recurso financeiro.

E comecei a fazer cursos com o professor Falcon, que foi quem levou Foucault para a Pós-Graduação da UFF. A gente começou a ler Michel Foucault e eu comecei a querer trabalhar a prostituição como objeto, a investigar as experiências das prostitutas. Comecei a trabalhar com a documentação de polícia e com as teses da Faculdade de Medicina, que eu já tinha visto muitas referências. Mas ainda não tinha uma história das mulheres. Não se constituía numa pesquisa definida como campo de estudos da História das Mulheres porque era muito preliminar no final dos anos 1970. Mas eu queria estudar as prostitutas. Eu tinha sido formada na linha marxista bem ortodoxa, mas com as leituras que fazíamos do Foucault eu comecei a pensar nas questões discursivas, nas interpretações... E aí, ele falou assim: não vai dar, você não vai chegar às experiências dessas prostitutas, a documentação sempre são interpretações. E me sugeriu: porquê você não estuda os discursos médicos? Essa pergunta foi fundamental, pois nessa perspectiva eu conseguiria caminhar bem nas propostas do Foucault. E foi o que acabou acontecendo.

Depois que eu comecei a desenvolver a pesquisa é que eu adotei uma perspectiva direcionada a uma História das Mulheres, apesar de ter sido muito encaixada nos modelos analíticos do discurso, e que foi alvo de muitas críticas na própria época, mas depois, sobretudo com a publicação da *História das mulheres no Ocidente*, da Michele Perrot e do George Duby. A principal crítica é que não era uma História das Mulheres, mas dos discursos dos homens sobre as mulheres, porque os médicos eram homens e os discursos bastante masculinos.

A partir dessa experiência, quando eu fui fazer o doutorado, o meu projeto na Unicamp era sobre as mulheres internadas no Hospício Nacional de Alienados, já no momento

³ Magali Engel se refere ao Prof. Francisco José de Calazans Falcon.



republicano. A minha dissertação foi sobre o século XIX. No doutorado eu não abri mão das experiências e nem dos referenciais do Foucault, até porque o meu tema era a loucura. Eu lembro que eu fui muito criticada por uma das professoras lá no mestrado da UFF porque ela dizia que meu trabalho não era uma dissertação por ter apenas 150 páginas e que não era padrão para dissertação, que era preciso ter pesquisa empírica, com dados... E eu trabalhava com discurso, não aparecia, apesar de eu trabalhar com muitas teses, o volume quantitativo. Eu me senti um pouco em dívida.

No doutorado, apesar da dificuldade da documentação, do acesso às fontes, eu trabalhei com teses da Faculdade de Medicina, artigos médicos, com processos criminais, jornais e diversifiquei o material de pesquisa a partir da perspectiva da História Social. Eu segui muito a linha da Maria Clementina Pereira, minha orientadora, pois ela, no *Espelho do Mundo*⁴, se apropriou de contribuições do Foucault, mas não abandonou os referenciais da História Social. Mas eu tive que abrir mão de trabalhar exclusivamente com as mulheres por uma questão de fontes, pois era difícil de ter acesso naquele momento. O que é totalmente diferente agora. Hoje, você tem um avanço enorme em relação aos centros de documentação, há um banco de dados que a Professora Cristiane da COC Fiocruz⁵ organizou e está disponível na internet. Mas, naquele momento, era muito difícil. Eu, inclusive, não tive acesso direto aos prontuários que a Clementina teve, porque conseguimos encontrar uma parte dos prontuários, mas eles estavam em petição de miséria. Então, o máximo que eu e minhas bolsistas conseguimos fazer foi organizar a documentação do Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro, mesmo sem recursos.

Bom, eu tive que incorporar os homens na minha tese, mas, naquele momento, já tinha uma discussão de gênero no plano teórico, embora metodologicamente ainda fosse muito problemático. No plano teórico, o gênero era pensando a partir da perspectiva relacional, por uma leitura da Scott que, no Brasil, foi bem importante. Mas no momento das análises, de pensar os objetos, o gênero acabava sendo sinônimo de mulheres. E essa perspectiva relacional ainda é muito difícil de ser construída no âmbito da análise. No doutorado, eu mesmo trabalhando com os homens, acabei conseguindo realizar uma problemática melhor sobre as

⁴ O Espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo (1988), de Maria Clementina Pereira Cunha, publicado pela editora Paz e Terra.

⁵ Magali Engel se refere a Cristiana Facchinetti, docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Fundação de Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.



mulheres numa perspectiva já do campo, que é bem diferente da dissertação. Tanto que o último capítulo da tese era sobre sexualidade, loucura e sexualidade.

2 Ana Rita Fonteles: *Eu estou lembrando de um texto seu sobre os homens histéricos, que eu ainda acho novo porque a histeria é muito associada ao feminino. Como foi se deparar com essas questões?*

Magali Engel: Eu publiquei esse artigo num dossiê da revista da Fiocruz⁶. O do último capítulo da minha tese, que não foi publicado no livro por sugestão da banca, me rendeu 2 ou 3 artigos independentes, e em um deles foi esse sobre loucura e o gênero masculino. Acho que foi o último que eu escrevi com base na pesquisa do doutorado. Eu quis pensar não só nos exemplos masculinos, da homossexualidade, mas sim também de trabalhar os héteros. Eu acho que nesse artigo, por exemplo, ainda faltou, na análise, um aprofundamento maior da discussão relacional. Eu acho que dou mais visibilidade a esses sujeitos, mas não discuto muito profundamente a dimensão de gênero a partir da construção do histérico e da histérica.

Foi legal a pesquisa ter aberto para os homens também, e eu consegui trazer diferenças que passavam não só por questões de gênero, mas também de classe e de raça, uma questão que eu também não exploro muito na minha tese de doutorado. Para mim, a interseccionalidade é a chave. Não tem como pensar mais as questões, inclusive as próprias discussões e tensões no campo dos movimentos feministas, dos questionamentos por parte dos feminismos negros e dos movimentos LGBT, que não seja pela ótica da interseccionalidade.

E acho que, politicamente, é fundamental que haja uma interlocução e que se pautem nessa perspectiva da interseccionalidade, sem fragmentar. O perigo que nós estamos vivendo é de uma fragmentação cada vez maior. Isso é péssimo. O desafio pra mim, seja teórico, metodológico e político, é trabalhar com essas dimensões de respeito às diferenças, de compreensão das diferenças, das especificidades, mas numa perspectiva de luta comum, de agendas comuns, de projetos políticos comuns.

3 Ana Rita Fonteles: *A gente vai até voltar um pouco sobre a questão dos desafios nesse campo... Mas você ficou falando dessa sua experiência iniciada nos anos 1970 nos anos 1980,*

⁶ ENGEL, Magali Gouveia. *Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, Supl., p. 173-190, jun. 2008.



e, em vários lugares do mundo, a gente tem a formação desses núcleos de estudos das mulheres. Eu estou lembrando de um texto da Françoise Thébaud em que ela historiciza as experiências das primeiras historiadoras francesas a trabalharem com essas temáticas, das dificuldades que elas encontraram do apoio de orientadores, do ponto de vista teórico, da aceitação política, e você falou muito mais da dificuldade de fontes. De alguma forma, você percebia também esse mal-estar com relação a esses temas? Você também enfrentou isso?

Magali Engel: Sim, com certeza. Uma referência fundamental também para que eu tivesse uma visão mais clara de que eu estava tratando de objetos e problemáticas que se situavam dentro desse campo que estava começando a ser construído, foi a Rachel Soihet. Ela foi minha professora, colega e muito amiga. A minha trajetória, então, foi muito pelas mãos da Rachel.

Realmente, nós tivemos experiências bastante difíceis e que foram comuns. Foi, de certo modo, uma rejeição. Quer dizer, havia aquele famoso discurso de que: “Como assim? as mulheres não é uma coisa específica, não tem porquê ficar estudando as mulheres”. E tinha um certo pieguismo que era imputado a nós, tipo assim: “Ah, se elas querem, neh, deixa elas!” Mas sem levar muito a sério, embora não fosse algo muito explícito, porque o meio acadêmico é muito cuidadoso com certas posturas. Era muito difícil, muito difícil. Foi uma luta.

No caso da UFF, nós não chegamos a criar um grupo de estudos ou de pesquisa sobre as mulheres, mas nós fundamos o Núcleo de Estudos de História Cultural⁷. A Rachel Soihet foi a grande mentora, eu participei, Maria de Fátima Gouveia e algumas outras historiadoras. Mas dentro do núcleo sempre pesou bastante essa especificidade da história das mulheres e das discussões de gênero. Mas foi muito difícil.

Depois de muitos anos até inverteu um pouco porque a questão de trabalhar com gênero até facilitava determinados conhecimentos. Claro que agora mudou totalmente. Inclusive houve críticas no sentido de: “Todo mundo está colocando gênero nas suas pesquisas para conseguir ter um financiamento, facilitar publicação... porque é um tema que agora tá em voga”. Mas esse movimento foi de mais ou menos uns dez anos pra cá. Isso é muito recente e já está ameaçado de novo. Aquele velho episódio que todos citam do historiador que se levantou durante a conferência e falou: “Agora que eu sei que as mulheres atuaram na Revolução Francesa, o que isso muda?”. Isso é um desafio mesmo porque eu acho que, se por um lado é uma maneira de excluir, por outro, também colocou um desafio para todas nós porque era preciso pensar essa

⁷ Para conhecer o núcleo, acesse: <https://www.historia.uff.br/nupehc/>.



resposta. Como responder a essa pergunta? E aí eu concordo totalmente com a Scott, também com a Varikas⁸, com várias vertentes que acreditam que as mulheres, assim como os homossexuais, os LGBT's e todas as pessoas devem ser introduzidas e façam parte da História como sujeitos e como construtores e, portanto, suas trajetórias coletivas precisam ser recuperadas. Eu falei coletiva porque não é fazer uma história das grandes mulheres, pois eu acho que isso seria fazer a história tradicional e não traz nenhum tipo de contribuição inovadora.

4 Ana Rita Fonteles: Como você faz um balanço dessa área de estudos, que algumas pessoas consideram categoria, no campo da história?

Magali Engel: Eu acho que as conquistas foram fundamentais, muito importantes. Ontem mesmo eu estava conversando com uma aluna da UFAL que participou do simpósio e ela estava falando da descoberta das escritoras do século XIX⁹. Quer dizer, entre os primeiros romancistas existiram mulheres com Maria Firmina (dos Reis). A Maria Firmina é um exemplo incrível por situar-se no oitocentos, numa configuração inicial do campo literário brasileiro de construção de nacional. Primeiro se descobre uma escritora mulher, uma escritora mulher importante, que foi professora, que tem repercussão na época, que tem uma produção incrível, e, anos depois, sabe-se que ela é negra. Essas informações são importantes de serem mencionadas, pois primeira descoberta havia um silenciamento da cor. Ela não se trata apenas de uma mulher, é uma questão de interseccionalidade.

Nesse caso, você tem o silenciamento da memória de mulheres que escrevem, que atuaram politicamente nas greves, nos movimentos grevistas da Primeira República, por exemplo, e as novas pesquisas precisam deixar sua contribuição no sentido de dar visibilidade a essas mulheres e não só às das elites, mas da classe trabalhadora também. Eu acho que é a contribuição mais fundamental da produção historiográfica. Mas a gente continua tendo que enfrentar alguns desafios importantes, que perpassam por questões da militância e questões acadêmicas.

⁸ Refere-se à Eleni Varikas, professora emérita de teoria política e estudos de gênero na Universidade de Paris VIII e no Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris (CRESPPA/CNRS).

⁹ 11º Encontro Nacional de História da UFAL, realizado de 5 a 9 de setembro de 2019, em Maceió.



Aqui no Brasil, a interseção entre a questão acadêmica e a dimensão de militância ainda é muito problemática. Por exemplo, nos Estados Unidos você tem as trajetórias da Scott e a Butler¹⁰ que são entremeadas com a luta dos movimentos feministas e com outras lutas de outros movimentos sociais. Aqui tem uma resistência a isso, sabe? Pelo menos na minha experiência enquanto docente, inserida no campo acadêmico, eu ouço muito: “Militância é uma coisa, produção acadêmica é outra, elas não podem se misturar; a produção acadêmica não pode se contaminar pela militância política”.

Esse é um desafio que eu acho que permanece e que os tempos de hoje, que são tão difíceis, também contribuíram para dar uma sacudida nisso. Eu tenho exemplos de colegas que já firmaram claramente, em reuniões de colegiado, que a universidade não era o lugar da ideologia, da política, e hoje estão nas redes sociais engajados, até muitas vezes explicitamente partidárias e atuando através da defesa de uma militância pela democracia, pelas conquistas sociais. Elas estão em plataformas se apresentando como professores, pesquisadores e historiadores e historiadoras mais comprometidas com essa militância política e até a partidária. Por que isso aconteceu?

Eu acho que tem muito a ver com as transformações marcadas por um sistema reacionário, pela ameaça de perda de conquistas fundamentais e da própria democracia que nem sequer, no caso do Brasil, era tão consolidada assim e que agora está ameaçada de forma tão efetiva. E aí a questão de gênero, mais uma vez atrelada a questão de classe, raça e etnia, é fundamental nesse momento. Não é à toa que as cassações seguem nesse plano, vão nessa interseccionalidade.

5 Ana Rita Fonteles: Magali, você se deslocou e hoje está na Bahia, estudando escritoras cariocas do século XIX. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre esse seu novo momento de pesquisa e como essas discussões estão presentes no seu projeto de pesquisa atual.

Magali Engel: Eu trabalhei com crimes passionais de mulheres, em que as mulheres eram as acusadas e as vítimas eram os homens. Eu queria ter escrito um livro e não consegui porque nosso modelo de produção, agora, é tudo artigo. No doutorado eu dei uma mergulhada mais profunda ainda na História das Mulheres, mais mulheres do que gênero. Mas aí depois eu comecei a trabalhar com crônicas, por eu sempre gostar da relação entre Literatura e História e

¹⁰ Joan Scott e Judith Butler.



que sempre marcou a minha trajetória, inclusive de curso, de docência e não apenas de pesquisa. Tanto que no mestrado, quanto no doutorado eu trabalhei com literatura.

Eu comecei a trabalhar com cronista no Rio de Janeiro e a questão das mulheres ainda permaneceu como um dos eixos temáticos que eu trabalhava, mas eu fui mergulhando mais nesse universo muito masculino e eu acabei trabalhando mais com cronistas homens, com literatos homens. Eu me aprofundi nas crônicas do João do Rio e nas do Lima Barreto. Inclusive eu fui contemplada com uma bolsa da Biblioteca Nacional¹¹, em que a proposta inicial da pesquisa eram as redes de sociabilidade do Lima Barreto e o legado social e político, só que eu acabei produzindo um livro mais sobre o pai do Lima Barreto, o João Henriques, pois (o Lima) foi atravessado pela trajetória do pai dele. Mas eu sempre volto às mulheres.

Inspirada pelo trabalho da Lillian Schwartz, na biografia que ela fez sobre o Lima Barreto¹², pelas brechas de pesquisa que ela foi abrindo, eu comecei a me interessar pela mãe do Lima que tem uma trajetória encantadora! Ela era professora, negra e supõe-se que ela era filha de um médico descendente de fazendeiro. Mas a trajetória da avó e da bisavó, a Lillian explora bem isso não apenas na biografia, mas também numa coletânea de textos, de contos não publicados que eram manuscritos e que ela reúne. Alguns desses contos de manuscritos há uma presença dessa bisavó muito forte. E engraçado que ele perde a mãe muito cedo. Como é que essa memória se passa? Eu acho que tem a ver com pai dele que também era negro.

Eu fiquei muito encantada com essas mulheres. Eu tenho um projeto de voltar a elas. É um projeto, inclusive, que eu pretendo começar a desenvolver no ano que vem como professora visitante da UFBA. É um projeto pequenininho ainda. Na verdade, não é nem um projeto de pesquisa, é apenas um plano em que eu quero resgatar um pouco dessa trajetória familiar onde as mulheres negras tem uma presença fundamental. Porque a mãe do pai dele, certamente, criou os filhos sozinha, que a gente sabe que eram dois, o pai dele e o tio. E o pai acaba tipógrafo, letrado. Enfim, o pai do Lima é um intelectual e militante político. Monarquista, mas é.

Eu estou pensando muito sobre essas mulheres negras, da atuação delas nas famílias, que são mulheres livres ou libertas, e na importância que elas vão ter na criação de condições para a ascensão social dos filhos negros, mulatos através da educação. Alguns pais também têm, mas a figura das mulheres é fundamental, inclusive na memória negra. O desafio das fontes

¹¹ Entre 2016 e 2018, Magali Engel foi bolsista do Programa de Residência de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional brasileira, com o projeto Lima Barreto: trajetória intelectual e redes de sociabilidade (Rio de Janeiro, 1897-1922).

¹² SCHWARTZ, Lillian. **Lima Barreto**: um triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



precisa ser enfrentado. E pesquisas atuais têm mostrado que é possível. As mulheres no contexto da escravidão, das mulheres negras, escravas, libertas, livres vêm aparecendo em maior relevo.

Então, esse é um viés. E o outro, eu voltei pelo projeto do CNPq porque a partir dessa experiência com as crônicas, conto literários, redes de sociabilidade, eu voltei às mulheres de forma misturada nesse contexto da literatura e comecei a pensar mais nas especificidades. E aí eu construí esse projeto para o CNPq que é sobre 15 literatas no Rio de Janeiro, e eu me interessei, sobretudo, por isso: repensar as redes de sociabilidade como elemento não exclusivo, mas como um dos elementos fundamentais que viabilizou a essas mulheres a inserção no campo e o seu reconhecimento.

Essa pesquisa tem me estimulado a repensar os padrões machistas, masculinos que impõe restrições e dar o mesmo peso à capacidade de resistência e de negociação dessas mulheres. No caso essas são de setores médios e de elite. Criar estratégias e penetrar nesse mundo e conseguirem conquistar um lugar, não é pouca coisa. Estou questionando as visões que dizem que elas conseguiram mais por serem de elite, porque tinham pais que favoreceram, tinham irmão, amantes, apadrinhamento masculino. Embora isso não seja de todo falso, mas essa não é a única dimensão dessa realidade. Essas mulheres não foram fantoches nas mãos desses homens.

E havia uma discussão entre os homens sobre esses padrões, que defendiam a capacidade intelectual das mulheres, fazendo coro a um discurso que as mulheres são bem diferentes em termos de projetos, elas expressam perspectivas das mulheres muito diferenciadas. Mas, se existe uma coisa em comum, é a defesa do direito da mulher à educação, da igualdade das condições da escolaridade, da instrução e do direito da mulher produzir arte, literatura.

Ana Rita Fonteles: Se a gente lembrar da Virginia Woolf, podemos perceber que era difícil mesmo para as mulheres que tinham dotes, mesmo em famílias que descem suporte.

Magali Engel: Uma crítica que eu faço aos meus trabalhos, tanto o de mestrado quanto o de doutorado, é o de pensar muito os médicos como uma voz homogênea. E não é. Nada disso. Em relação a essa questão da mulher, eu acho que, ainda naquele discurso (que as define somente como) mãe, não é bem assim. Realmente esse é o discurso que predomina. O fato é



que se existe essa preocupação é porque o comportamento dessas mulheres de elite está destoando.

Nisso a Clementina Pereira tem uma contribuição fundamental naquele artigo “De historiadoras, brasileiras e escandinavas”, que é um pouco uma resposta ao questionamento que a Elizabeth Lobo¹³ fez a ela. Tem duas versões desse artigo: uma publicada na Revista Brasileira de História, num dossiê sobre mulheres, que foi organizado pela Maria Stella Bresciani¹⁴; e outra bem posterior, na revista *Tempo*, do Departamento de História da UFF¹⁵. Na segunda versão é que ela tenta responder a crítica. Ela mostra que os padrões de comportamento das mulheres de elite não são tão restritos à mulher do lar, às sensualidades.

No âmbito das experiências, a realidade é bem mais complexa, é bem mais permeada de tensões. Por exemplo, essas literatas liam de tudo. Muitas delas liam até Nietzsche. Tem uma delas, a Albertina Bertha, que fazia conferências sobre Nietzsche. Elas faziam conferências públicas sobre diversos autores. Nesse momento, no início do século XIX, e as conferências lotadas de público masculino e feminino, num ambiente predominantemente masculino, certamente. Mas também uma presença feminina grande.

A mim incomoda muito, ainda, ver as pessoas com aquela ideia de mulher, esposa mãe como se esse tipo de modelo ideal realmente conduzisse as vidas.

O João do Rio é outra fonte fundamental para mostrar os comportamentos femininos dessas mulheres, das classes médias urbanas do início do século XX e das elites que rompe completamente com os padrões de moralidade. É um universo complexo, extremamente diferenciado, que comporta mulheres negras, trabalhadoras, brancas, burguesas, de classe média, cujas experiências precisam ser resgatadas para se pensar que os padrões dos poderes e saberes dominantes nunca se impõe de forma homogênea. Por isso o tempo todo é um movimento de tentativa de reafirmar.

Isso também ajuda a gente entender essa guinada que estamos vivendo agora, que tem muito a ver com as conquistas. E aí você tem uma reação extremamente conservadora. São

¹³ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atuou no Departamento de História da UNICAMP como Professora Visitante, onde integrava o Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho e ajudou a construir um núcleo de estudos das relações de gênero.

¹⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, p. 121-144, 1989.

¹⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1881-215, 1998.



conquistas no campo das questões raciais, femininas e dos direitos LGBT's. Como veio essa reação? Porque essa tensão estava ali o tempo todo presente.

6 Ana Rita Fonteles: *Eu queria falar de outro deslocamento na tua carreira, na tua trajetória que é muito interessante e incomum, que é a saída da UFF, onde você trabalhava dando aula para universitários, e sua ida para a UERJ, para o Colégio de Aplicação, dando aulas para o Ensino Fundamental. Isso é difícil de se ver na academia brasileira. Eu queria saber como foi essa experiência, se te fez pensar sobre a formação dos historiadores que são em sua maior parte formados para atuação na escola pública, nas escolas de modo geral, mas especialmente na escola pública. O que lhe fez perceber?*

Magali Engel: A gente sempre deve muito aos nossos alunos e as nossas alunas. Sempre! Isso não é um lugar comum. Isso é realmente uma questão fundamental. E uma das dívidas que eu tenho é essa exatamente essa.

Quando eu entrei na universidade, o meu projeto era dar aula na escola. Eu não tinha um projeto de estar na universidade. O que aconteceu comigo foi alguma coisa muito incomum porque eu acabei tendo oportunidade de emprego na universidade. Olha que coisa rara! Foi ótimo, entendeu? Acho que não me arrependo, mas eu tinha essa coisa com o ensino, da sala de aula, com a escola.

Eu ministrei muitas disciplinas de curso básico, Brasil Colônia e, sobretudo Brasil Império, que é aonde eu fico depois. Sempre procurar exercícios cada vez mais e os alunos contribuíram muito pra isso. Na UFF, chegou um certo momento, com o currículo reformulado, que nós tínhamos algumas disciplinas instrumentais que possibilitaram trazer as questões do ensino de história aos alunos da graduação. Uma dificuldade que existia era que a formação deles, em termos de licenciatura, cabia a Faculdade de Educação. Eram professores de História, mas que pertenciam aos departamentos da Faculdade de Educação. E o diálogo era muito disso difícil. Muito difícil.

Tiveram várias tentativas, sempre complicadas, tortuosas, até que finalmente eu e um grupo de alunos falamos: vamos criar um laboratório de ensino de história aqui e vamos desenvolver projetos de extensão. E foi assim que, ainda na UFF, eu comecei a entrar nas escolas. A gente fez um projeto de extensão com o colégio importante que fica em Niterói, no Barreto, onde eu tinha o contato de ex-aluna UFF que era professora, e aí a gente começa a



desenvolver oficinas de História Ensino na nessa escola. Eu comecei a pensar que eu queria trabalhar mais de perto, mas na UFF não dava. Um dos motivos porque eu fiz o concurso para UERJ, para a Faculdade de Formação de Professores, foi exatamente para eu conseguir ampliar o campo de atuação, meu e dos meus alunos e das alunas, nas escolas. Porque o diferencial não era atuar na graduação da UERJ, que seria a mesma coisa de permanecer na UFF, apesar de ter o Colégio de Aplicação. E foi para a Faculdade de Formação de Professores que eu fiz o concurso, para a área de Metodologia do Ensino de História.

A ideia era me aposentar na UFF, mas eu não consegui por conta da idade, das novas regras. Depois de dois anos eu fiz a opção tomei a decisão de me exonerar da UFF e me dedicar à UERJ. Foi, então, o momento que eu comecei a me dedicar totalmente à Faculdade de Formação de Professores e ampliei as redes com as escolas de São Gonçalo porque a Faculdade de Formação fica lá e era mais próximo de onde eu morava. E aí aprofundei as relações, também, com o Henrique Lage, que era essa escola eu comecei atuar. Eu comecei outros projetos... Foi bem legal!

Mas chegou o momento que conseguir o acesso à sala de aula ainda continuava muito difícil. Aliás, a relação com as escolas, que eu achei que seria mais fácil na Faculdade de Formação de Professores, não era porque não tinha um projeto institucional da universidade com as escolas, nem mesmo com a Faculdade Formação. Você tinha que bater na porta das escolas e renegociar a cada semestre com o professor e seus agentes supervisionados e os estágios com seus estagiários em cada escola. Era muito difícil, sabe? Você tinha que ir nas escolas, conversar com os diretores e depois com os professores. Há uma rejeição muito grande, e eu entendo essa rejeição.

Quando eu fui apresentada lá na reunião de departamento, eu não lembro mais quem era o chefe, me apresentou rindo. Que tinha uma professora do CAp da UERJ¹⁶, de História, que queria uma permuta. Eu falei: eu quero! E todo mundo: como? Eu lembro que um colega meu falou assim: “escuta aqui, Magali, você está sabendo que você vai dar aula mesmo no ensino? Você não vai só ficar supervisionando?”. Aí eu falei: “é isso mesmo quero, eu quero ter as minhas turmas e quero receber os estagiários e estagiários nas minhas turmas”. Eu trabalhei 4 anos no CAp em condições muito precárias porque se a Faculdade de Formação de Professores já era muito precarizada, muito discriminada dentro da universidade, o CAp, então, era muito mais.

¹⁶ Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Eu particularmente defendo a existência concomitante CAP e redes municipais e estaduais de ensino porque o CAP tem suas especificidades e não é exatamente a realidade que os alunos e as alunas vão encontrar.

Eu queria finalizar dizendo que a formação de professores, todos aqueles problemas que já são discutidos há 50 anos ou mais, ainda continua existindo. Primeiro, essa relação escola e universidade é um diálogo difícil, permeado por preconceito. A impressão que eu tenho é a seguinte: o aluno e aluna da universidade chegam na escola com aquela postura que vão atualizar as pessoas que nada sabem, ou seja, amanhã esses alunos e as alunas serão os professores que vão rejeitar os estagiários e estagiárias, porque eles ingressam numa realidade completamente diferente para a qual eles não foram preparados, nem mesmo pela Faculdade de Formação.

Apesar de tudo, pelas minhas experiências, eu acho que a Faculdade de Formação prepara melhor do que a UFF, do que a UERJ do campus do Maracanã. Não sei como é nas outras universidades, mas creio que seja muito similar. Tudo é muito bonito na nossa formação, fazer a transposição didática. Mas na realidade do dia a dia das salas de aula, dos currículos com as quais a gente precisa trabalhar, mesmo no âmbito do ensino público, existem várias coisas que atravessam a dinâmica da sala de aula. O que realmente é possível fazer colocar e não é sequer pensado, nem colocado em discussão, nem pelas faculdades de educação e nem pelas licenciaturas. Eu acho que a gente precisa pensar muito sobre isso, como fazer essa interlocução de uma forma mais dialógica, pensando até no Bakhtin.

Nós somos permeados por hierarquizações e elas são reproduzidas por todas as partes. Daí a dificuldade de interação. Esse diálogo, essa troca, a construção do conhecimento a partir do diálogo e das trocas entre saberes escolares, acadêmicos e populares precisam ser efetivados como o Paulo Freire pensou, como um trabalho fundamental da universidade. Mas na prática falta muito para a gente atingir esses objetivos.

Eu lembro agora que em Salvador eu acabei participando de uma discussão com um artista da música, do Nordeste de Amaralina, e eu lembro dele fazendo críticas à universidade, que os projetos são maravilhosos, mas que eles continuam chegando prontos na comunidade. A universidade quer dialogar, mas já chega com os projetos formatados. Não é que há uma má intenção nisso, mas não consegue refletir que já está entrando ali num lugar de poder que deixa os sujeitos dessa comunidade em desconforto. Enquanto a gente não quebrar totalmente com essas questões, a gente não vai conseguir fazer uma diferença muito grande. Por isso o ensino



é a capilaridade. O ensino e a extensão é que dão sentido à pesquisa. São os três pilares da universidade.